

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 DIREITO	15
1.2 DIREITO ADMINISTRATIVO	16
1.3 MEIO AMBIENTE.....	17
1.4 DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL	19
2. DANO AMBIENTAL	23
2.1 CONCEITO – HISTÓRIA.....	23
2.2 ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE	25
2.2.1 Administrativa.....	25
2.2.2 Civil.....	27
2.2.3 Penal.....	31
3. O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	33
3.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL	33
3.1.1 Inovação Constitucional	34
3.1.2 Repartição de Competência	35
3.2 LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	37
3.2.1 Legislação Federal.....	37
3.2.2 Legislação Estadual.....	39
3.2.3 Legislação Municipal	42
3.3 TRATADOS	52
3.4 NORMAS INFRALEGAIS	54
3.5 CODIFICAÇÃO OU CONSOLIDAÇÃO	57
4. DIREITO COMPARADO.....	59
4.1 INTRODUÇÃO	59

4.2	ITÁLIA	61
4.3	PORTUGAL	64
4.4	COLÔMBIA	66
4.5	OUTROS PAÍSES	68
5.	A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA.....	71
5.1	INTRODUÇÃO	71
5.2	SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA).....	72
5.3	CONSELHO DE GOVERNO.....	73
5.4	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA).....	74
5.5	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	74
5.6	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA).....	75
5.7	INSTITUTO CHICO MENDES	76
5.8	ÓRGÃOS SETORIAIS, SECCIONAIS E LOCAIS.....	78
5.9	POLÍCIA MILITAR	79
5.10	RECURSOS HÍDRICOS, UMA SITUAÇÃO À PARTE.....	80
5.11	TRÁFEGO DE VEÍCULOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL	85
5.12	AQUECIMENTO GLOBAL	90
6.	INSTRUMENTOS PREVENTIVOS.....	93
6.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	93
6.2	INFORMAÇÃO AMBIENTAL	95
6.3	AUDITORIA AMBIENTAL	98
6.4	LICITAÇÕES E O MEIO AMBIENTE	101
6.5	IMPACTO AMBIENTAL	104
6.5.1	Conceito.....	104
6.5.2	Evolução Legislativa	104
6.5.3	O Estudo do Impacto Ambiental	107
6.5.4	Licenciamento ambiental.....	112
6.5.5	Jurisprudência sobre licenciamento ambiental	114
6.6	ZONEAMENTO ECOLÓGICO	121
6.7	OUTRAS FORMAS DE PREVENÇÃO	123
7.	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	125
7.1	ILÍCITO AMBIENTAL.....	125

7.2	CULPABILIDADE.....	127
7.2.1	A culpa na Lei 9.605, de 1998.....	127
7.2.2	Hipóteses especiais de exclusão de culpa.....	132
7.2.2.1	Tentativa.....	133
7.2.2.2	Morte do agente.....	133
7.2.2.3	Menoridade.....	133
7.2.2.4	Embriaguez.....	134
7.2.2.5	Erro e coação irresistível.....	134
7.2.2.6	Empregador.....	134
7.3	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	134
7.3.1	Jurisprudência.....	139
7.4	PODER DE POLÍCIA.....	139
7.4.1	Conceito.....	139
7.4.2	Discricionariiedade.....	142
7.4.3	Autoexecutoriedade.....	142
7.4.4	Coercibilidade.....	145
7.5	INFRAÇÕES – REFLEXOS INTERNACIONAIS.....	146
7.6	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL.....	148
8.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	151
8.1	CONCEITO – FINALIDADE.....	151
8.2	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	152
8.3	ESPÉCIES DE SANÇÕES.....	153
8.3.1	Advertência.....	153
8.3.2	Multa simples.....	154
8.3.3	Jurisprudência.....	155
8.3.4	Multa diária.....	157
8.3.5	Multa – Destino – Cumulatividade.....	159
8.3.5.1	Jurisprudência.....	161
8.3.6	Apreensão.....	161
8.3.6.1	Jurisprudência.....	165
8.3.7	Destruição ou inutilização de produto – Suspensão de venda ou fabricação de produto.....	169
8.3.8	Embargo de obra ou atividade.....	169
8.3.8.1	Jurisprudência.....	170

8.3.9	Demolição de obra.....	172
8.3.9.1	Jurisprudência.....	174
8.3.10	Suspensão parcial ou total de atividades.....	176
8.3.10.1	Jurisprudência.....	177
8.3.11	Sanções restritivas de direitos.....	179
8.3.12	Sanções em outras leis.....	181
8.4	CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES	181
8.5	LEGISLAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	182
8.5.1	Jurisprudência.....	182
8.6	EXTINÇÃO DAS SANÇÕES E DO PODER DE PUNIR.....	184
8.6.1	Extinção voluntária e coercitiva	184
8.6.2	Prescrição	185
8.6.3	Morte do infrator	186
9.	O DECRETO 6.514, DE 22.07.2008.....	187
9.1	A IMPORTÂNCIA DO DECRETO 6.514/08	187
9.2	DISPOSITIVOS GERAIS DO DECRETO 6.514/08	189
9.3	SANÇÕES APLICÁVEIS	200
9.4	DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NO DECRETO 6.514/08	203
9.5	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	204
10.	DEFESA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO E EM JUÍZO	209
10.1	DEFESA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO.....	209
10.2	PROCESSO OU PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	211
10.2.1	Denominação.....	211
10.2.2	Autoridade Administrativa Competente	213
10.3	RITO PROCEDIMENTAL.....	214
10.4	AUTUAÇÃO	216
10.5	DEFESA	219
10.6	RECURSOS.....	220
10.6.1	Jurisprudência.....	222
10.7	DEFESA JUDICIAL NO BRASIL.....	223
10.8	FORMAS DE DEFESA JUDICIAL	225
11.	POSIÇÃO DOS TRIBUNAIS.....	229
11.1	O JUIZ	229

11.2 PODER JUDICIÁRIO	231
11.3 POSIÇÃO DOS TRIBUNAIS	232
12. MODELOS	237
12.1 REQUERIMENTO AO IBAMA, SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS QUANTO À INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA CONTRA A FAUNA ..	237
12.2 REQUERIMENTO À POLÍCIA AMBIENTAL SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS QUANTO À INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PRATICADA CONTRA A FLORESTA.....	239
12.3 DEFESA APRESENTADA EM RAZÃO DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO.....	240
12.4 REQUERIMENTO A ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL VISANDO A TOMBAMENTO DE ÁRVORE.....	242
REFERÊNCIAS	243
ÍNDICE ALFABÉTICO	255